

Academia precisa contribuir com proteção de terras, diz advogada

17/10/2025

É papel da academia — e dos estudiosos do Direito, em particular — elaborar, junto com o poder público, uma estratégia eficiente para **proteção da soberania fundiária brasileira**, de forma complementar ao arcabouço legal que regula a compra de terras por estrangeiros. É o que afirma a professora de Direito Constitucional e advogada **Mônica Sapucaia Machado**.

“É uma tarefa da academia construir o controle, construir políticas de aperfeiçoamento. E cabe ao Direito construir também novos arranjos jurídicos em relação à responsabilização, ao pertencimento e à propriedade desses espaços”, disse ela.

Segundo Machado, os pesquisadores podem contribuir com o debate sobre a **Lei 5.709/1971**, que restringe a compra de imóveis rurais por estrangeiros, formulando instrumentos teóricos que viabilizem as políticas públicas voltadas para a questão.

“A academia precisa contribuir e entrar de forma efetiva nessa tarefa, que é entregar conteúdo, entregar conhecimento, entregar técnica nesse processo”, disse a advogada, que é professora do IDP, à revista eletrônica **Consultor Jurídico**.

Ela entende que essa contribuição ajudaria a fortalecer não só a soberania, mas também a segurança alimentar e a postura de independência adotada pelo Brasil, seja nas relações com outros Estados, seja em relação aos grupos estrangeiros interessados em comprar propriedades no país.

“A terra é um ativo que nós sempre tivemos e que sempre foi muito importante para a economia brasileira, mas que agora se tornou — ou voltou a ser — um ativo raro e mais importante nas relações internacionais”, disse a constitucionalista durante o Simpósio Internacional sobre Propriedade e Estrangeiros, ocorrido nos dias 29 e 30 de setembro, na Faculdade de Direito da USP.

Desigualdade

Machado, que é especialista em igualdade de gênero e políticas para equidade, defendeu ainda o aumento da participação feminina no debate sobre estrangeirização das propriedades brasileiras.

Ela explica que, embora esse público represente apenas 1% dos proprietários de terras no mundo, ele é parte fundamental das atividades produtivas ligadas ao setor.

“Elas fazem parte da utilização e da produção dessa terra. Aquilo que a terra entrega para a sociedade tem a mão da mulher. Assim, nós temos que construir um desenho que garanta para as mulheres uma participação igualitária, um avanço no pertencimento, na posse desses espaços e também na participação do desenho da política pública, de como essa terra será utilizada, de como os fundos (*de investimento*) vão participar desse processo ou não, do quanto iremos nacionalizar ou estrangeirizar esse processo.”

Clique [aqui](#) para ver a entrevista ou assista abaixo:

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-out-17/academia-precisa-contribuir-com-protECAo-de-terras-diz-advogada-2/>

